

## A Configuração da Estrutura Produtiva e a Harmonização da Política Cambial no Mercosul\*

Honório Kume

Ricardo Andrés Markwald

O projeto Mercosul resultou de uma opção político-estratégica dos dois principais sócios: Argentina e Brasil, adotada em circunstâncias em que os vínculos econômicos atingiam o seu nível mais baixo. Posteriormente, no Tratado de Assunção em 1991, ocorreu a incorporação do Paraguai e do Uruguai.

Os condicionantes econômicos da integração, pouco significativos no início, foram se desenvolvendo à medida que o processo se aprofundava sob o impulso de uma surpreendente vontade política. O Mercosul caracteriza-se pelo baixo grau inicial de interdependência econômica, intensidade dos desequilíbrios macroeconômicos e instabilidade das paridades cambiais entre seus membros. Entretanto, o avanço registrado no processo de integração é significativo a despeito dessas dificuldades e do irrealismo dos prazos estabelecidos.

De fato, o comércio intra-regional tem aumentado a uma taxa anual de 18,3%, enquanto o comércio extra-regional aumentou apenas 8,6%, ambos no período 1986-92. O crescimento do fluxo de comércio é mais acentuado no período 1990-92, coincidente com a criação do Mercosul e com um predomínio do comércio bilateral Argentina-Brasil, de tal maneira que representam hoje, um para o outro, parceiros comerciais significativos. Para o Uruguai e o Paraguai, o Mercosul constitui, há muito tempo, a fonte principal de abastecimento de suas importações e o destino privilegiado para suas exportações.

O resultado do comércio Argentina-Brasil pode

ser explicado pelo atraso cambial e pela forte expansão interna verificados na Argentina neste mesmo período. Ainda assim, não deve ser minimizado o impacto da desgravação linear e automática das tarifas aduaneiras que em julho de 1993 atingiu no mínimo 75%. Isto significa que, atualmente, entre os países do Mercosul, as tarifas nominais máximas são 5% na Argentina; 8,7% no Brasil; 2,5% no Paraguai; e 5% no Uruguai. Note-se que, em tese, os países membros não podem utilizar restrições não-tarifárias para dificultar o comércio intrazonal.

Nos governos Collor e Menem, o processo de integração denominado modelo de protocolo foi substituído pelo modelo de integração competitiva. No primeiro, o governo tinha uma participação ativa na configuração da estrutura produtiva ao administrar a distribuição da produção entre os países. No segundo, a localização da produção é fixada pelo sistema de mercado cabendo ao governo a coordenação das políticas macroeconômicas e a harmonização de políticas específicas para evitar interferências indevidas nas vantagens comparativas de cada país.

Assim, no modelo de integração competitiva é mais difícil prever a configuração produtiva que emergirá no mercado regional. Entretanto, os países poderão intervir neste resultado influenciando o perfil da tarifa externa comum.

A configuração da estrutura produtiva surge com bastante nitidez a partir das propostas de tarifa externa comum apresentadas pelos quatro países, bem como das características atuais dos

\*Este texto tem como referência o artigo "As perspectivas do Mercosul: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica", In *Perspectivas da Economia Brasileira - 1994*, IPEA, Rio de Janeiro, 1993.

fluxos intra-regionais. O exame revela que a Argentina e, principalmente, o Brasil almejam a condição de fornecedores de produtos manufaturados. O Paraguai e o Uruguai buscam a especialização nas cadeias produtivas oriundas de vantagens comparativas naturais. Entretanto, há preocupações entre os analistas argentinos de que o Mercosul resulte em um comércio do tipo “trigo por máquinas” com desastrosos efeitos sobre a indústria argentina. Essa apreensão é reforçada pelo avanço das exportações brasileiras em 1992.

Nesta situação, os conflitos regionais podem se ampliar, principalmente, na presença de desequilíbrios macroeconômicos e de restrições para uma coordenação efetiva de política cambial. Assim, serão inevitáveis as pressões para uma intervenção governamental que permita uma distribuição mais eqüitativa dos custos de implementação do mercado regional.

Recentemente, o Brasil propôs a criação de uma banda de flutuação da taxa de câmbio em torno de uma paridade real. A proposta, caso envolvesse as atuais paridades, favoreceria o Brasil principalmente no comércio com a Argentina. O governo argentino aceitava a proposta sempre que o mecanismo de correção cambial escolhido obrigasse os países a desvalorizar suas moedas pelo diferencial entre a respectiva taxa de inflação doméstica e a taxa de inflação vigente entre os membros do Mercosul. Em síntese, o país com a menor inflação constituir-se-ia em âncora para os demais. Obviamente, aceito esse critério, a Argentina poderia manter sua paridade nominal fixa com o dólar enquanto os demais países desvalorizariam suas moedas em função dos respectivos diferenciais de inflação em relação ao país-âncora. Adicionalmente, todos acompanhariam a apreciação real do país-âncora relativamente às moedas dos países industrializados, pelo menos até a inflação doméstica nesse país se alinhar à taxa de inflação internacional.

Ambas as propostas foram encaminhadas para estudo e não devem ser consideradas senão iniciativas preliminares no marco de uma estratégia de negociação. A proposta de uma banda real de flutuação deverá ser aproveitada em algum ponto no futuro. Contudo, até então, alguns eventos deverão ocorrer. Em primeiro lugar, a implementação de um programa de estabilização bem-sucedido no Brasil. Caso uma iniciativa dessas venha de fato a ocorrer, dificilmente prescindirá da fixação da taxa de câmbio como mecanismo de coordenação de expectativas.

Em segundo lugar, cabe esperar que a Argentina promova uma mudança na atual estrutura de preços relativos. A opção atual — promover mudanças estruturais, notadamente no mercado de trabalho e na estrutura tributária, visando legitimar e viabilizar a atual configuração de preços relativos — tende ao esgotamento.

Em terceiro lugar, cabe esperar que as interdependências macroeconômicas entre os países do Mercosul continuem a se aprofundar a despeito de situações conjunturais difíceis, como as descritas acima.

A ocorrência simultânea desses três eventos — estabilização no Brasil, correção de rumo na Argentina e aumento das interdependências macroeconômicas entre os parceiros — poderá contribuir para a solução do atual impasse em matéria de coordenação. A proposta de flutuação do câmbio em torno de uma banda real poderá ser então reaproveitada, sem que o reiterado uso de cláusulas de exceção a desmoralize imediatamente.

Até que estas sejam atingidas, a iniciativa de integração regional deverá continuar contando com boa dose de vontade política. O detalhe nada trivial é que essa vontade deverá ser exercida a partir de 1995 por novos governantes, cuja escolha será feita em pleitos eleitorais, em 1994, na Argentina, Brasil e Uruguai.